



No Rio de Janeiro, cenas de violência durante confronto de PMs e servidores

Em vários estados brasileiros, a "quebradeira" é realidade

MARCELO MONTANINI

A situação de quebradeira dos estados também é uma ameaça à governabilidade. E assusta, pela rapidez com que contamina economia antes consideradas "estáveis". O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT) decretou, nesta semana, estado de calamidade pública financeira. Antes, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro já haviam decretado calamidade pública por problemas orçamentários. Há alguns dias, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) a discussão do pacote "anticrise", de autoria do governador fluminense Luiz Fernando Pezão (PMDB), gerou confrontos entre servidores estaduais e policiais militares. Cenas que chocam diante do embate de funcionários públicos e policiais e do risco de um colapso econômico, que pode atingir a qualidade de vida e a sobrevivência de milhões de pessoas.

Nordeste

No Nordeste, governadores receberam parte dos recursos da repatriação, mas brigam na Justiça para receber, também, multas e juros referentes a este programa. Há cerca de um mês, o secretário de Tributação do

Rio Grande do Norte, André Horta, ponderou à **Folha de Pernambuco** que os recursos da repatriação apenas postergariam por apenas quatro meses novos pedidos de calamidades de estados nordestinos. Horta explica que estes recursos ajudam, mas não há medidas estruturais para resolver o problema.

O decreto de calamidade permite que regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sejam flexibilizadas. Podem ser alteradas, por exemplo, as regras que

**RECURSOS DA
REPATRIÇÃO
AJUDAM, MAS VÃO
APENAS
POSTERGAR A
CRISE ANUNCIADA**

punem gestores que ultrapassem os limites de gastos com servidores, atrasos no pagamento de dívidas e a extinção de órgãos públicos.

Briga

Em crise econômica e fiscal, estados e municípios brigam com o governo federal pela divisão do dinheiro dos impostos. Gestores querem rediscutir o chamado Pacto Federativo, que é o conjunto de responsabilidades de cada ente federativo e

as respectivas fontes de arrecadação. O cientista política Felipe Nunes, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pontua que o atual formato do federalismo brasileiro gera distorções, vide as atribuições de estados e municípios aumentarem, mas não as receitas.

Nunes concorda com Horta sobre a necessidade de medidas estruturadoras, mas critica a atitude de alguns governantes. "Os governadores tradicionalmente acham que soluções virão de recursos extraordinários, poucos se preocupam em gerar soluções", destaca. A repatriação é um exemplo disso.

Expansão

O economista Guilherme Mello, da **Universidade de Campinas (Unicamp)**, afirma que nos últimos anos os estados se expandiram em virtude da necessidade de ampliação serviços públicos, como saúde e educação. "Anos anteriores alguns estados se expandiram - no caso, gastos com pessoal - pensando em receitas que não vieram", diz. Mello avalia, contudo, que, por ser algo generalizado, percebe-se que não é um problema de gestão, mas da recessão em que o País se encontra, com queda do Produto Interno Bruto (PIB) e da receita.